

A importância de um renovado não à recessão

A coragem política do presidente José Sarney foi novamente confirmada na reunião conjunta do Ministério, com a presença dos líderes do PMDB e do PFL, realizada na última quarta-feira. O presidente comprometeu-se taxativamente com uma linha de ação ao declarar que, "quaisquer que sejam as restrições que tenhamos de tomar, eu posso assegurar à Nação que nós jamais entraremos em recessão econômica".

Pode-se argumentar que, com isso, o presidente reduziu as suas opções, o que seria menos avisado a um governante em períodos críticos. Ou seja, poderão sobrevir dificuldades, nos planos externo e interno, que levem o governo a adotar uma política recessiva, ainda que por período curto e com finalidade basicamente corretiva. Assim, seria mais confortável para o presidente, sob o aspecto político, não assumir, ele próprio, o compromisso de não recorrer a medidas mais drásticas de contenção.

Político hábil e com sensibilidade para interpretar o sentir po-

pular, Sarney concluiu que vale a pena correr um novo risco político. Preocupado em remobilizar a população, ele sabe que, por mais peso que possam ter as palavras de ministros, nada substitui as garantias do próprio presidente de que os consideráveis ganhos do Plano Cruzado, em termos de recuperação dos níveis de emprego e dos salários reais, não serão postos a perder em função de problemas conjunturais.

O governo tem perfeita consciência de que o ritmo de crescimento econômico deverá ser mais moderado de ora em diante. A indústria, enquanto não se realizam os investimentos de que carece, deverá ter uma expansão relativamente baixa, embora sobre uma base superior à de 1980. As melhores perspectivas de manter um bom nível de crescimento a médio prazo repousam, como temos afirmado, na expansão do produto agrícola.

Mas desaceleração não significa recessão. A economia entra em uma fase de acomodação, que

poderá ser facilitada, ao que se espera, pela renegociação da dívida externa, a ser concluída nos próximos meses, de modo a aliviar a carga das transferências reais de recursos ao exterior. De qualquer forma, mesmo que a renegociação tenha pleno êxito, o ajuste interno, balizado pelo Cruzado II, deverá ter seqüência. A condicionante introduzida pelo presidente é de que será feito um acompanhamento cuidadoso, tendo em vista o objetivo maior da política econômica. A qualquer momento em que o governo sentir que a economia pode perder o dinamismo, como afirmou Sarney, injetará investimentos "para que sua vitalidade continue. Esta é uma afirmação peremptória que o governo faz ao Brasil no princípio do ano de 1987".

Os críticos poderão dizer que, ao fazer essa declaração, o presidente abriu as portas para o crescimento inflacionário. Não necessariamente, valendo lembrar que o processo recessivo a que foi submetido o País no governo anterior não se caracterizou por nenhuma

vitória no combate à inflação. Bem ao contrário. Os investimentos que o governo poderá fazer, para evitar que o País resvala para uma recessão, poderão ter um impacto inflacionário reduzido, se as autoridades disciplinarem a condução da política de dívida interna e diminuírem o custo da máquina administrativa, conferindo-lhe mais eficiência.

Mas, sobretudo, a política de ajuste sem recessão está na dependência da conclusão de um pacto social ou "um entendimento permanente que reúna trabalhadores, empresários e autoridades do governo em torno de objetivos comuns, com a explicação das restrições ou obstáculos e dos caminhos para superá-los", como disse o presidente em seu discurso ao Ministério.

E, como ponto de partida para a costura desse acordo, nada mais indicado do que um renovado não à recessão, isto é, a garantia de que não haverá volta ao passado também no campo econômico.